



Colhendo os primeiros frutos

“Antes nós indígenas tínhamos pensamento, língua, mas não sabíamos falar. Com a presença do CIMI, nós agora temos pensamento, língua, boca e sabemos falar”.

Esse depoimento do tuxaua Jó dos Santos Kokama, da comunidade Porto Praia de Baixo, em Tefé, resume o sucesso do 1º ano do projeto “Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes”, realizado pela Cáritas da Prelazia de Tefé e CIMI-Tefé, e co-financiado pela União Europeia e CAFOD.

De junho de 2016 a junho de 2017, as atividades desenvolvidas junto a mais de mil indígenas Kanamari, Deni, Madija Kulina, Miranha, Maku Nadëb, Kambeba, Kokama e Tikuna, dos municípios de Tefé, Maraã,



Lideranças indígenas na Semana dos Povos Indígenas. Comunidade Barreira da Missão de Baixo. Foto: Francisca Cardoso. Cáritas/CIMI Tefé.

Japurá, Carauari e Itamarati trouxeram fortalecimento para os conhecimentos desses povos. Esse é o objetivo: Fortalecer para conquistar direitos.

A conjuntura política nacional é de retrocessos e ataques aos direitos indígenas conquistados com a Constituição de 1988. Sônia Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), divide em três fases os últimos 30 anos: “1. Antes da Constituição Federal a luta era pela garantia dos direitos; 2. Depois dela passa a ser pelo cumprimento dos direitos; e 3. Agora, é preciso lutar para não se perder o que se conquistou”.

Para essa luta ser forte o suficiente é preciso organização e mobilização das lideranças e comunidades indígenas. Mais do que nunca, é preciso firmeza na exigência de políticas indígenas.

Interesse e motivação para alcançar essa determinação é o que não falta para as lideranças e comunidades integrantes do projeto. Também a cooperação com outras organizações e redes sociais pelos direitos humanos vem se fortalecendo. Alguns dos frutos que começamos a colher é o que a 3ª edição do Boletim Huhuride está trazendo para você. Boa leitura!!

Realização:



Apoio:



EIXO 1. FORMAÇÃO POLÍTICO-JURÍDICA

“Eu pensava que só tínhamos direitos somente depois de tirar documento, mas aprendi que temos vários outros e que o ser humano já nasce com direito. Essas Oficinas e Mutirões foram importantes para termos conhecimentos de nossos direitos e saber cobrar das autoridades.” Ton Antônio Alexandre Kanamari, professor e secretário da ASPOTAX.

CONQUISTAS: RESULTADO DO CONHECIMENTO E DA ORGANIZAÇÃO

A primeira tarefa realizada pela equipe de educadores foi a articulação nas aldeias, para apresentar o projeto e convidar os indígenas a participarem das atividades. Foram convidadas 27 aldeias dos povos Deni, Kanamari, Madija Kulina, Miranha, Tikuna, Maku Nadeb, Kokama e Kambeba, em cinco municípios: Tefé, Maraã, Japurá, Carauari e Itamarati, alcançando mais de mil indígenas, sendo 40% mulheres.

Oficinas político-jurídicas

No 1º ano do projeto foram realizadas cinco oficinas político-jurídicas nas aldeias Porto Praia de Baixo (Tefé); Morada Nova (Itamarati); Taquara (Carauari) e Nova São Joaquim (Japurá). Os assuntos principais foram DIREITOS individuais e coletivos: direitos humanos, civis, políticos, sociais, econômicos e culturais que cada pessoa ou cada grupo de pessoas tem para viver com dignidade. Os povos indígenas são grupos de pessoas que vivem de acordo com sua cultura e têm o direito de continuar vivendo assim. Também devem ser respeitados e garantidos os direitos difusos, que são aqueles de que a humanidade depende para continuar existindo. Por exemplo, viver em um ambiente equilibrado é um direito de todos, pois todos precisam do ambiente para viver.

Nas oficinas, os indígenas identificaram direitos que estão sendo violados: ao território; à saúde diferenciada; à educação escolar indígena; à cultura; à documentação; à consulta prévia e informada; entre outros.



Oficina político-jurídica. Maraã. Aldeia São Francisco. Foto: Nelma Catulino. Cáritas/CIMI de Tefé.



Mutirão de Defesa dos Direitos Indígenas. Tefé. Aldeia Porto Praia de Baixo. Foto: Esther Gillingham, CAFOD.

Mutirões de Defesa dos Direitos Indígenas

Assim como as Oficinas, os Mutirões de Direitos fortaleceram os conhecimentos sobre os direitos que os povos indígenas têm. Foram realizados dois Mutirões, um em Tefé e outro em Itamarati, com palestras, trabalhos em grupo, plenárias e apresentações culturais.

O Mutirão realizado em Itamarati também abordou os direitos das crianças e adolescentes e o papel do Conselho Tutelar. Para os povos Deni e Kanamari houve tradução simultânea para suas línguas feita pelos professores indígenas.

Nos dois Mutirões foram confirmadas as violações de direitos que esses povos sofrem e produzidas Cartas Abertas denunciando as violações, exigindo responsabilidade dos órgãos públicos na resolução dos problemas, políticas públicas específicas e eficientes e proteção aos territórios e comunidades.

“No Mutirão de Direitos aprendemos sobre os direitos humanos. A PEC 215 é desumana. Não serve para os indígenas e vai mexer em nossas terras. Não aceitamos essa lei. Esse governo não tem responsabilidade com nós. Essa PEC vai parar”. Kavarivi Minu Deni, Professor Indígena, Aldeia Morada Nova.

EIXO 2. PROTEÇÃO E INCIDÊNCIA

“O dia do índio que fizemos em nossa cidade foi muito bom e importante para mostrar a nossa cultura para as pessoas. A mensagem que deixamos é: “a terra cuida de nós e nós cuidamos da terra”.
Agente Indígena de Saúde, Wano Eliane Kanamari, da aldeia São João do Curabi, em Itamarati.

INCIDÊNCIA: AÇÃO DE MUDANÇAS E PROTEÇÃO

Para contribuir com mudanças estruturais na realidade indígena foram planejadas ações diretas de incidência política junto aos órgãos públicos e campanhas de mobilização para a formação de uma rede de proteção na sociedade civil. No ano 1 do projeto, mais de 150 lideranças indígenas dos povos Deni, Kanamari, Madija Kulina, Miranha, Tikuna, Maku Nadëb, Kokama e Kambeba se reuniram com 10 órgãos públicos locais em Tefé, Caruari, Itamarati e Japurá e foram à Brasília para audiências com o MEC, a SESAI e a FUNAI.

Na Semana dos Povos Indígenas, as manifestações em Tefé, Itamarati e Maraã mobilizaram e sensibilizaram centenas de pessoas contra a violação dos direitos indígenas e pela importância de sua cultura.

Reuniões de Incidência Política Locais

As reuniões de incidência trouxeram várias conquistas. A maior delas foi a determinação dos indígenas ao apresentar suas denúncias e reivindicações aos órgãos públicos. Nessas incidências foram entregues documentos às autoridades presentes solicitando a resolução das violações de direitos.

Entre os resultados, destacam-se: em Tefé, os Kokama, Kambeba, Tikuna, Kaixana e Miranha se reuniram com o MPF, que garantiu o atendimento à saúde para suas comunidades no Polo de Saúde Indígena Barreira da Missão. Em Caruari, os indígenas Kanamari e Madija Kulina denunciaram ao ICMBio e no rádio as invasões de madeireiros, pescadores e caçadores em suas terras, o que fez

com que as invasões diminuíssem. A ASPOTAX se reuniu com a SEMED de Itamarati e disse que não concordava com a contratação de uma professora que não mora na aldeia. A secretaria aceitou a reivindicação. Em Japurá, os indígenas Maku Nadëb, Baré e Kaixana foram à Câmara de Vereadores e entregaram às autoridades um documento com suas demandas de saúde, educação e proteção de seus territórios. O debate foi intenso, mas as lideranças foram firmes.

A realidade de Brasília

Em Brasília, uma delegação de indígenas da região se reuniu com o MEC, a SESAI e a FUNAI para apresentar seus problemas com educação, saúde e territórios. Protocolaram documentos e gravaram em áudio os compromissos assumidos pelas autoridades. As respostas evasivas mostraram o quanto o Estado brasileiro está desconsiderando os direitos indígenas. A FUNAI demonstrou interesse em resolver os problemas, mas vem recebendo cortes orçamentários comprometedores pelo atual governo. O saldo positivo está no conhecimento dos indígenas sobre o funcionamento da política indigenista brasileira e na certeza de que são capazes de enfrentar e exigir das autoridades o cumprimento de suas responsabilidades.

Semana dos Povos Indígenas

Palestras em escolas, campeonato de futebol masculino e feminino, caminhadas, entrevistas nas rádios, apresentações culturais e exposições de artesanato mobilizaram como nunca os municípios de Tefé, Itamarati e Maraã na Semana dos Povos Indígenas, em abril de 2017. Em Japurá, foi a primeira vez que indígenas Maku Nadëb se manifestaram na cidade. As mulheres Maku Nadëb têm dificuldades de entender o português, mas não se intimidaram e participaram das manifestações.

A participação nos três municípios foi expressiva, tanto de indígenas como de estudantes, professores, outras pessoas e instituições públicas e privadas, atingindo um público maior do que o previsto e contribuindo para a sensibilização da população em geral.



A Terra é nossa Mãe. A Amazônia é nossa casa. Apresentação cultural do Povo Kaixana, Tefé. Foto: Francisca Cardoso. Cáritas/CIMI Tefé.

EIXO 3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

“Os direitos indígenas garantem a vida indígena e não indígena. A gente não come ouro, dinheiro ou pedra. Quando tivermos bastante ouro, dinheiro e pedra como na cidade grande, e nossa terra, água e florestas acabarem, toda a população do planeta arrisca desaparecer”. Valtunino Kambeba, tuxaua, aldeia Boarazinho.

DIALOGAR PARA PLANEJAR, AGIR E PARTILHAR

Organização e planejamento

O projeto é desenvolvido por oito educadores e seis assessores. Juntos, planejam e organizam as atividades, produzem e divulgam informações e elaboram relatórios para os financiadores. São realizadas reuniões mensais entre as equipes locais e financeira e duas reuniões semestrais de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Dois educadores participaram de um Seminário de Formação em Gestão de Projetos Orientada por Resultados com a União Europeia em Brasília.

Comunicar é partilhar

Para dar visibilidade às ações do projeto foram produzidos os boletins informativos Huhuride, notas, análises de conjuntura, textos, notícias e um estudo de caso, que foram divulgados nas comunidades e na internet. Também foi realizada uma Oficina de Comunicação para a produção de vídeos participativos, que serão produzidos no último ano do projeto, em 2019.

Estudo de Caso

O Estudo de Caso do ano 1 foi sobre a falta de demarcação das terras dos povos Kokama e Kambeba, das comunidades de Porto Praia de Baixo, Boarazinho, Boará e Boará de Cima, em Tefé. Foram feitas entrevistas com tuxauas e lideranças, gravação de depoimentos, produção de dois mapas dos territórios e um documento à FUNAI solicitando a atual situação da regulamentação de suas terras.

Oficina de comunicação

Para orientar as filmagens para os vídeos participativos planejados para o último ano do projeto, foi realizada uma Oficina de Comunicação em Vídeo. As imagens estão sendo filmadas pelos educadores e lideranças indígenas durante as atividades. Participaram da oficina, sete indígenas dos povos Miranha, Deni, Kanamari, Kambeba e Kaixana, das aldeias Jubará, São Pedro, Morada Nova, Flexal, Projeto Mapi, Kanata Aietu e Jaquiri. Também participaram representantes da ASPODEX, ASPOTAX e UNIPI-MAS.

Internet: a aldeia virtual global

Foi criada uma página na rede social facebook que compartilha informações do projeto toda semana. Já foi visualizada por mais de 2 mil pessoas de vários estados do Brasil e outros países. O endereço da internet para acessá-la é:

<https://www.facebook.com/caritasecimitfeamazonas>

Também foram compartilhadas informações em sites jornalísticos: EcoDebate, Agência Informativa Pulsar da AMARC Brasil, Pororooca.red, Racismo Ambiental e CIMI Nacional. No Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, foram divulgados cinco vídeos com depoimentos dos indígenas Salomé da Silva Kokama, Valtunino Kambeba, Mariano Cruz Kambeba (UNIPI), Marcela Carvalho Kaixana e Jó dos Anjos Samias Kokama.



Maria Kanamari. Aldeia Bauana. Lendo o Boletim Huhuride. Foto: Raimundo Francisco. Cáritas/CIMI de Tefé.

Garantindo a Defesa de Direitos e a Cidadania dos Povos Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes

Realização: Cáritas e CIMI da Prelazia de Tefé. **Apoio:** CAFOD e União Europeia. **Coordenação:** Raimundo Nonato. **Equipe de educadores:** Nelma Catulino, Francisca Cardoso, Fábio Pereira, Fabiana Caresto, Francisco Amaral, Márcia Borges e Edvarde Bezerra. **Assessorias:** Chantelle Teixeira (jurídica), Lígia Apel (comunicação), Satya Caldenhof e Taciana Gouveia (gestão), Jessik Galvão e Terezinha Pontual (financeiro) **Texto e arte final:** Lígia Kloster Apel

Contatos:

Cáritas Tefé: (97) 3343-2775 - caritastefe@gmail.com

CIMI Tefé: (97) 3343-2544 - cimitefe@gmail.com

www.facebook.com/caritasecimitfeamazonas

O PROJETO EM NÚMEROS, IMAGENS E FALAS DOS INDÍGENAS

O projeto foi bem recebido nas **27 aldeias** nos **5 municípios** e envolveu a participação ativa de **1030 indígenas**, sendo **422 mulheres**, além de **44 não indígenas**.



Articulação na aldeia São Francisco no município de Maraã. Foto: Nelma Catulino. Cáritas/CIMI Tefé.

“Os índios tem liberdade de andar, se esforçar para aprender e ter sua autonomia na sociedade. Eu entendi isso e quero aprender mais”. Ton Antônio Alexandre Kanamari, professor e secretário da ASPOTAX.

42 reuniões de acompanhamento de articulação nas aldeias.

“Depois que entrei como AIS essas formações serviram para aprender mais. Agora sei das leis dos índios e que elas precisam ser respeitadas.” Wano Eliane Kanamari, AIS.

5 oficinas de formação político-jurídica nos **5 municípios** que participam do projeto.



Oficina de formação político jurídica. Itamarati. Aldeia Morada Nova. Foto: Francisco Amaral. Cáritas/CIMI de Tefé.

“Antes, as mulheres não participavam. Com esse Mutirão de pessoas estão saindo de suas casas e lutando junto”. Jocelene da Silva Kokama. Aldeia Porto Praia de Baixo, Tefé.

2 Mutirões de Defesa dos Direitos Indígenas.



Mutirão de Direitos. Comunidade Morada Nova, Itamarati. Foto: Francisco Amaral. Cáritas/CIMI de Tefé.

“Agora sabemos cobrar das autoridades.” Ton Antônio Alexandre Kanamari, professor e secretário da ASPOTAX.

7 reuniões de incidência com mais de **10 órgãos públicos** e **4 audiências** em Brasília. **11 documentos** encaminhados: 8 Petições, 1 Informe Público e 2 Cartas Abertas.



Reunião de incidência político-jurídica na Câmara de Vereadores de em Japurá. Foto: Selma Gomes - ISA.

“O tratamento dos moradores da cidade com o povos indígenas está melhorando, eles estão nos respeitando mais”. Shakeravi Minu Deni, Tuxaua da Aldeia Terra Nova

3 Campanhas na Semana dos Povos Indígenas.



Semana dos Povos Indígenas. Tefé. Foto: Francisca Cardoso. Cáritas/CIMI de Tefé.

O PROJETO EM NÚMEROS, IMAGENS E FALAS DOS INDÍGENAS



Reunião de planejamento, monitoramento e avaliação com Cafod. Tefé: Foto: Lígia Apel. Cáritas/CIMI Tefé.

“O trabalho do CIMI é importante pro povo conhecer seus direitos. As atividades ajudam fortalecer nossa associação. Sou secretário da ASPODEX e quero colocar em prática o que aprendi para ajudar meu povo”. Sumurivi Hava Deni, professor Indígena e Secretário da ASPODEX.

66 reuniões: 16 de coordenação, 47 com equipes de CAFOD e financeiro, 2 de planejamento, monitoramento e avaliação e 1 Seminário temático com União Europeia.



Oficina de comunicação, técnicas de captação de imagem para vídeo. Tefé. Foto: Lígia Apel. Cáritas/CIMI Tefé

A comunicação é nosso desafio para termos como arma de solução dos problemas. Precisamos buscar parceiros, buscar aliados, entidades que tem sensibilidade pela população indígena. Mariano Cruz Kambeba. UNIP.

1 Oficina de Comunicação em vídeo documentário.



Lendo o Boletim Huhuride. Aldeia Taquara, Itamarati. Foto: Fábio Pereira, Cáritas/CIMI de Tefé.

“Foi bom para nós, oportunidade de nós conhecer nossos direitos, a equipe trouxe informações, novidades, coisas que não tinha conhecimento de nosso direito”. Arô José Sarney Kanamari - Conselheiro Distrital de Saúde Indígena

300 Boletins Huhuride distribuídos nas comunidades e **1 Estudo de Caso** sobre direitos territoriais das aldeias Porto Praia de Baixo, Boara, Boarazinho e Boara de Cima.

“Por causa desses aprendizados, as outras aldeias dos parentes me convidaram para ir ajudar a resolver conflitos internos e repassar conhecimento para esses parentes”. Ton Antônio Alexandre Kanamari – Professor, Secretário da ASPOTAX

Oficina Político-Jurídica. Aldeia São Francisco. Maraã. Foto: Nelma Catulino. Cáritas/CIMI de Tefé.



1030 mulheres e homens indígenas receberam informações e conhecimentos sobre os seus direitos e como fazer para conquista-los. **168 lideranças** disseram que melhorou seu conhecimento e sua capacidade técnica e política para dialogar com o poder público.